

**HABEAS CORPUS Nº 525.175 - SC (2019/0228713-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : MAURICIO LANZARINI RIGO  
**ADVOGADO** : MAURICIO LANZARINI RIGO - SC041320  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : A B (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRETENDIDO DIREITO DE AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. ULTERIOR APRECIACÃO DO RECURSO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PREJUDICADO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de A. B. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no HC n.º 4021541-17.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado "*ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 26 (vinte e seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, por infração ao disposto no art. 217-A, caput, c/c 226, II, por inúmeras vezes, na forma do art. 71, todos do CP, em face de 2 (duas) vítimas distintas*". Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 232).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte local (fls. 296-299).

Nas razões deste *writ*, o Impetrante alega, em síntese: a) a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva; b) a inidoneidade dos fundamentos utilizados para a decretação da custódia cautelar; c) as condições pessoais favoráveis do Paciente; d) a suficiência da imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, "*a liberdade do Paciente até o julgamento definitivo pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina do Recurso de Apelação já interposto*" (fl. 20).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 305-306).

# *Superior Tribunal de Justiça*

As informações foram prestadas (fls. 312-348 e 353-362).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 364-370, opinou pelo "*pelo não conhecimento do writ ou, se conhecido for, pela denegação da ordem, corrigindo-se a autuação, de modo que passe a constar por extenso o nome do paciente e que seja disponibilizado em consulta ao andamento processual*".

É o relatório.

Decido.

Em consulta às informações prestadas pelo Juízo de piso, constata-se que o recurso de apelação, interposto pelo Sentenciado, foi julgado em 06/09/2019 (fl. 360).

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no prosseguimento do presente feito.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora